

KIYOSHI HARADA

DIREITO FINANCEIRO e TRIBUTÁRIO



revista,
atualizada e
reformulada



atlas

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO FINANCEIRO.....	1
1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	3
1.2 Fins da atividade financeira.....	4
1.2.1 Serviços públicos.....	5
1.2.2 Poder de polícia.....	6
1.2.3 Intervenção no domínio econômico.....	8
1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico.....	15
2 DIREITO FINANCEIRO.....	17
2.1 Conceito e objetos do direito financeiro.....	17
2.2 Autonomia do direito financeiro.....	18
2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito.....	20
3 DESPESAS PÚBLICAS.....	22
3.1 Conceito.....	22
3.2 Necessidades das despesas públicas.....	25
3.3 Classificação das despesas públicas.....	26
3.4 Execução das despesas públicas.....	27
3.4.1 Pagamento de precatório.....	30
3.5 Execução de despesas extraordinárias.....	40
3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	43

4	RECEITAS PÚBLICAS	44
4.1	Conceito	44
4.2	Classificação das receitas públicas	46
4.2.1	Receitas originárias	48
4.2.1.1	Conceito	48
4.2.1.2	Modalidades de receitas originárias segundo as fontes	49
4.2.1.3	Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais	50
4.2.1.4	Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas	52
4.2.1.5	Pedágio e sua natureza jurídica	56
4.2.2	Receitas derivadas	58
4.2.2.1	Conceito	58
4.2.2.2	Espécies de tributos	59
4.2.2.3	Princípios constitucionais tributários	59
4.2.2.4	Repartição das receitas tributárias	59
4.2.2.5	Regras concernentes à repartição das receitas	61
4.2.2.6	Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal	69
4.2.3	Multa	70
4.3	Compensação financeira	71
4.3.1	Generalidades	71
4.3.2	Sua instituição legal	72
4.3.3	Sua natureza jurídica	76
4.4	Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	78
5	ORÇAMENTO	79
5.1	Conceito	79
5.2	Natureza jurídica do orçamento	83
5.3	Processo legislativo	84
5.4	Aspectos políticos do orçamento	90
5.5	Aspectos econômicos do orçamento	91
5.6	Princípios orçamentários	92
5.6.1	Princípio da exclusividade	93
5.6.2	Princípio da programação	93
5.6.3	Princípio do equilíbrio orçamentário	94
5.6.4	Princípio da anualidade	95
5.6.5	Princípio da unidade	96
5.6.6	Princípio da universalidade	96

5.6.7	Princípio da legalidade.....	97
5.6.8	Princípio da transparência orçamentária.....	97
5.6.9	Princípio da publicidade orçamentária.....	98
5.6.10	Princípio da não vinculação de receita de impostos.....	99
5.6.11	Princípio da especialidade dos incentivos fiscais.....	101
5.6.12	Princípio da responsabilidade na gestão fiscal.....	102
5.6.13	Outros princípios.....	103
5.7	Leis orçamentárias.....	110
5.7.1	Orçamento plurianual.....	111
5.7.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	112
5.7.3	Orçamento anual.....	114
5.7.3.1	Orçamento autorizativo.....	116
5.7.3.2	Orçamento impositivo.....	121
5.7.3.3	Restos a pagar.....	128
5.7.3.4	Contingenciamento de verbas orçamentárias.....	133
5.7.4	Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964.....	136
5.7.5	Instituição de fundos.....	138
5.7.6	Atentados à lei orçamentária e crime de responsabilidade.....	142
5.8	Fiscalização e controle dos orçamentos.....	149
5.8.1	Tipos de controle.....	155
5.8.1.1	Controle interno.....	155
5.8.1.2	Controle externo.....	157
5.8.1.3	Controle privado.....	159
5.9	Tribunal de Contas da União.....	161
5.9.1	Introdução.....	161
5.9.2	Composição.....	162
5.9.3	Atribuições.....	163
5.10	Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios.....	170
5.11	Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	172
6	CRÉDITO PÚBLICO.....	177
6.1	Conceito.....	177
6.2	Evolução histórica.....	180
6.3	Classificação do crédito público.....	181
6.3.1	Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.....	181
6.3.2	Dívida pública flutuante e dívida pública fundada.....	181
6.3.3	Empréstimos internos e empréstimos externos.....	182
6.3.4	Créditos compulsórios e créditos voluntários.....	183
6.3.5	Classificação constitucional.....	185

6.3.6	Vinculação da receita de impostos	185
6.4	Crédito forçado	193
6.4.1	Técnicas do crédito involuntário	193
6.4.2	Utilização de fundos de estabelecimentos	193
6.4.3	Papel-moeda	194
6.4.4	Inflação sistemática	195
6.5	Crédito voluntário	196
6.5.1	Prêmios de reembolso	197
6.5.2	Juros progressivos	197
6.5.3	Moeda e empréstimos indexados	197
6.5.4	Títulos da dívida pública	198
6.5.5	Lotos	199
6.5.6	Conversão	199
6.6	Crédito público na Constituição Federal	200
6.7	Crédito externo. Considerações gerais	203
6.7.1	FMI e Birde	205
6.8	Dívida externa brasileira	206
6.9	Banco Central e finanças públicas	210
7	DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	214
7.1	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Excertos	214
7.2	Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 – Excertos	231
7.3	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	242
7.4	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992	249
7.5	Resoluções do Senado Federal	260
7.5.1	Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001	260
7.5.2	Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001	263
7.5.3	Resolução nº 23, de 11 de abril de 1996	287
7.6	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Excertos	287
7.7	Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000	329
	PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO	333
8	INTRODUÇÃO	335
8.1	Evolução do fenômeno da tributação	335
8.2	Conceito de direito tributário	336
8.3	Autonomia do direito tributário	337
8.4	Relações do direito tributário com outros ramos do direito	338
8.5	Fontes do direito tributário	338

8.5.1	Fontes materiais	338
8.5.2	Fontes formais	339
8.5.2.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais	339
8.5.2.2	Leis complementares	340
8.5.2.3	Leis ordinárias	340
8.5.2.4	Leis delegadas.....	340
8.5.2.5	Medidas provisórias	341
8.5.2.6	Decretos legislativos	342
8.5.2.7	Resoluções.....	343
8.5.2.8	Tratados e convenções internacionais	343
8.5.2.9	Decretos	346
8.5.2.10	Fontes formais secundárias	346
9	SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO.....	348
9.1	Generalidades	348
9.2	Tributos	349
9.2.1	Definição de tributos. Sua natureza jurídica	349
9.2.2	Espécies de tributos.....	352
9.2.2.1	Impostos	352
9.2.2.2	Taxas	353
9.2.2.3	Contribuição de melhoria	355
9.2.2.4	Empréstimos compulsórios	357
9.2.2.5	Contribuições sociais	358
9.2.2.5.1	Contribuições sociais do art. 149 da CF.....	361
9.2.2.5.1.1	Contribuições sociais de intervenção do domínio econômico	363
9.2.2.5.1.2	Contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas	367
9.2.2.5.1.3	Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública...	371
9.2.2.5.2	Contribuições sociais do art. 195 da CF.....	373
9.2.2.5.2.1	Contribuições sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho	376
9.2.2.5.2.2	Contribuições sociais sobre o faturamento	388
9.2.2.5.2.3	Contribuição social sobre o lucro	399

9.2.2.5.2.4	Contribuição dos trabalhadores.....	404
9.2.2.5.2.5	Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos.....	405
9.2.2.5.2.6	Contribuição ao PIS/PASEP-importação e COFINS-importação.....	405
9.2.2.5.2.7	Contribuição do Funrural.....	407
9.2.2.5.3	Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05.....	410
9.2.2.5.4	Contribuição social dos servidores públicos.....	412
9.2.2.5.5	Contribuição social do salário-educação ...	422
9.2.2.5.6	Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho.....	424
9.2.2.5.6.1	Adicional da contribuição de risco de acidente do trabalho..	426
9.2.2.5.7	Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	427
9.3	Competência tributária	430
9.3.1	Discriminação de rendas tributárias	431
9.3.2	Limitações constitucionais do poder de tributar	432
9.3.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	435
9.3.2.2	Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade	436
9.3.2.3	Princípio da isonomia tributária.....	439
9.3.2.4	Princípio da capacidade contributiva	440
9.3.2.5	Princípio da vedação de efeitos confiscatórios	441
9.3.2.6	Princípio da imunidade recíproca.....	444
9.3.2.7	Princípio da imunidade genérica e específica	446
9.3.2.7.1	Imunidade genérica de impostos.....	446
9.3.2.7.2	Imunidade da contribuição social para a seguridade social.....	454
9.3.2.7.3	Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido	457
9.3.2.8	Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal	458
9.3.2.9	Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional.....	459

9.3.2.10	Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	460
9.3.2.11	Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas	461
9.3.2.12	Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos..	461
9.3.2.13	Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas	463
9.3.2.14	Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais	463
9.3.2.15	Princípio da transparência tributária.....	464
9.3.2.16	Princípios implícitos.....	465
9.3.2.16.1	Princípio da razoabilidade	466
9.3.2.16.2	Princípio da eficiência.....	468
9.3.2.16.3	Princípio da segurança jurídica	468
9.3.2.16.4	Princípio da proteção da confiança	469
9.3.2.16.5	Do dever de pagar impostos	470
9.4	Impostos da União.....	473
9.4.1	Imposto de importação e imposto de exportação	474
9.4.2	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	476
9.4.3	Imposto sobre produtos industrializados	491
9.4.4	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários	501
9.4.5	Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	504
9.4.6	Imposto sobre grandes fortunas	509
9.4.7	Impostos extraordinários	509
9.4.8	Impostos inominados	510
9.4.9	Imposto provisório sobre movimentação financeira	510
9.5	Impostos estaduais	515
9.5.1	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.....	516
9.5.2	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação	525
9.5.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.....	569
9.5.4	Adicional do imposto sobre a renda	572
9.6	Impostos municipais.....	572
9.6.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	573

9.6.2	Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.....	580
9.6.3	Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel	587
9.6.4	Imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	587
9.6.4.1	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.....	593
9.7	Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte ...	630
10	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	638
10.1	Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.....	638
10.1.1	Leis	638
10.1.2	Tratados e convenções internacionais.....	639
10.1.3	Decretos.....	641
10.1.4	Normas complementares.....	641
10.2	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária ..	641
10.2.1	Vigência da legislação tributária	641
10.2.2	Aplicação da legislação tributária.....	642
10.2.3	Interpretação da legislação tributária.....	644
10.2.4	Integração da legislação tributária	645
11	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	650
11.1	Definição e espécies.....	650
11.2	Elementos da obrigação tributária.....	651
11.2.1	Lei.....	651
11.2.2	Fato gerador.....	651
11.2.2.1	Elemento objetivo do fato gerador	653
11.2.2.2	Aspecto subjetivo do fato gerador.....	653
11.2.2.3	Aspecto quantitativo do fato gerador.....	657
11.2.2.4	Aspecto espacial do fato gerador	657
11.2.2.5	Aspecto temporal do fato gerador	658
11.2.3	Fatos geradores confrontantes.....	659
11.3	Responsabilidade tributária	659
11.3.1	Princípio e requisitos	660
11.3.2	Responsabilidade dos sucessores.....	661
11.3.3	Responsabilidade de terceiros	665
11.3.4	Responsabilidade por infrações	670
11.3.5	Denúncia espontânea.....	672

12 CRÉDITO TRIBUTÁRIO	674
12.1 Conceito e natureza jurídica	674
12.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento	675
12.2.1 Lançamento direto	678
12.2.2 Lançamento misto	678
12.2.3 Lançamento por homologação	679
12.3 Suspensão do crédito tributário.....	682
12.3.1 Moratória.....	683
12.3.2 Depósito do montante integral do crédito.....	685
12.3.3 Reclamações e recursos administrativos	686
12.3.4 Concessão de liminar em mandado de segurança	686
12.3.5 Parcelamento	686
12.4 Extinção do crédito tributário.....	695
12.4.1 Pagamento.....	696
12.4.2 Demais modalidades	697
12.4.2.1 Compensação	698
12.4.2.2 Transação	702
12.4.2.3 Remissão	703
12.4.2.4 Prescrição e decadência	704
12.4.2.5 Conversão de depósito em renda.....	720
12.4.2.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º.....	721
12.4.2.7 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164	721
12.4.2.8 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.....	722
12.4.2.9 Decisão judicial passada em julgado.....	723
12.4.2.10 Dação em pagamento em bens imóveis	723
12.5 Exclusão de crédito tributário.....	724
12.5.1 Isenção	724
12.5.2 Anistia	727
12.6 Garantias e privilégios do crédito tributário.....	728
13 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	735
13.1 Considerações gerais	735
13.2 Fiscalização.....	738
13.2.1 Sigilo bancário	742

13.3 Dívida ativa.....	749
13.4 Certidões negativas	751
14 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	754
14.1 Considerações gerais	754
14.1.1 Normas básicas sobre o processo administrativo.....	756
14.2 Processo administrativo tributário federal	757
14.3 Processo administrativo tributário estadual.....	767
14.4 Processo administrativo tributário municipal	770
14.5 Consulta em matéria tributária.....	772
14.6 Revisão judicial de decisão administrativa contrária à fazenda	775
15 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	786
15.1 Considerações gerais	786
15.1.1 Tutela de urgência.....	787
15.2 Execução fiscal	790
15.3 Ação anulatória em matéria fiscal	797
15.4 Ação de repetição de indébito.....	798
15.5 Ação declaratória em matéria fiscal	804
15.6 Ação de consignação em pagamento	805
15.7 Mandado de segurança	806
15.8 Medidas cautelares em matéria fiscal.....	812
15.9 Ação direta de inconstitucionalidade	813
15.10 Ação declaratória de constitucionalidade	818
15.11 Medida cautelar fiscal.....	820
16 PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	822
16.1 Ilícito tributário.....	822
16.2 Direito tributário penal e direito penal tributário.....	823
16.2.1 Representação fiscal para fins penais	828
16.3 Crimes tributários	832
16.3.1 Lei nº 4.729/65	832
16.3.2 Lei nº 8.137/90	833
16.4 Extinção da punibilidade	835
16.4.1 Retroatividade da lei benigna.....	836
16.4.2 Anistia	838
16.4.3 Evolução legislativa.....	843
16.4.4 Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo a qualquer tempo	844

16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal.....	849
16.6 Considerações finais.....	851
17 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	856
17.1 Súmula vinculante	856
17.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	859
17.2.1 Súmula vinculante do STF.....	873
17.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	875
BIBLIOGRAFIA.....	885
ÍNDICE REMISSIVO	889